

política

Mudanças climáticas desafiam candidatos

Tema está na agenda da disputa ao Piratini; fenômeno El Niño provoca aumento das chuvas no Rio Grande do Sul



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Em 2024, o fenômeno El Niño causou o aumento das chuvas que culminaram na maior enchente da história do Rio Grande do Sul. Neste ano, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) alerta que o mesmo fenômeno climático deve aumentar as precipitações no Estado na segunda metade de 2026. Com isso, a pauta das mudanças climáticas ganhou um espaço central no programa de governo dos pré-candidatos ao Palácio Piratini.

Após a calamidade causada pela enchente de maio de 2024, o governo estabeleceu o Plano Rio Grande - que engloba uma série de ações para reconstruir e preparar o Rio Grande do Sul para as mudanças climáticas. O Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) prevê recursos para a reconstrução do Estado e a preparação para futuros eventos climáticos extremos.

Entre as obras encaminhadas pelo Plano Rio Grande, estão diques, comportas, recomposição de taludes, sistemas de drenagem urbana e estações de bombeamento. Segundo o Palácio Piratini, o Funrigs contava com R\$ 9,3 bilhões no início de julho.

Entretanto, uma das críticas mais frequentes ao plano é a demora nas obras. Segundo o Piratini, diversas obras tiveram que ser adaptadas para a cota de enchente recorde registrada em 2024. Confira as propostas dos principais candidatos ao governo do Estado para a adaptação do Rio Grande do Sul às mudanças climáticas.

Gabriel Souza (MDB)

Entre as propostas para mitigar o impacto das mudanças climáticas no Rio Grande do Sul, o candidato ao governo do Estado pelo MDB, o vice-governador Gabriel Souza, pretende dar continuidade ao Plano Rio Grande. “É o maior plano de reconstrução do Estado, de aumento de resiliência climática da história do País, com uma série de obras e intervenções”, avalia.

Ele exemplifica com obras em regiões onde estão sendo construídos diques: “O anteprojeto de Eldorado Sul já está pronto, logo em seguida entra em licitação.



Gabriel Souza, do MDB, destaca continuidade do Plano Rio Grande



Luciano Zucco, do PL, pretende acelerar as obras de mitigação

Também temos uma série de intervenções em áreas onde não é possível construir diques, como a retirada de pessoas de áreas de risco, proteção de encostas e assim por diante.”

Na avaliação do vice-governador, o Estado está mais preparado para eventos climáticos extremos do que estava em 2024. “Temos uma defesa civil quatro vezes maior, protocolos e planos de contingência mais ajustados (à realidade do Estado), equipes mais bem treinadas, maior capacidade de alertar as pessoas (sobre eventos extremos). Tanto que, nas últimas chuvas fortes no Estado, não houve ninguém surpreendido pela ação das águas”, observou.

Juliana Brizola (PDT)

A candidata a governadora pelo PDT, a ex-deputada estadual Juliana Brizola, avalia que “ainda existem muitos municípios com plano de contingência atrasado e até sem plano nenhum”. Uma das principais propostas da pedetista para preparar o Rio Grande do Sul às mudanças climáticas é a criação de um órgão específico para ações relacionadas a eventos cli-

máticos extremos.

“Nossa prioridade é construir uma cultura permanente de adaptação, prevenção e planejamento. Isso passa por criar um órgão técnico permanente, o Instituto Gaúcho de Clima e Águas, que vai integrar previsão de tempo, monitoramento hidrológico e gestão de riscos, sem depender de contratos temporários, como acontece hoje na Defesa Civil”, projeta.

Juliana Brizola propõe ainda uma maior integração entre os órgãos municipais e estaduais responsáveis pela gestão de crises. “Temos que integrar as defesas civis municipais e estadual. Também temos que fazer a informação chegar mais rápido a todos. A mudança climática não é só sobre o meio ambiente, é sobre saúde, desenvolvimento, agricultura, habitação. As políticas não podem ser pensadas de forma isolada”, avalia.

Luciano Zucco (PL)

Na avaliação do candidato ao Palácio Piratini pelo PL, o deputado federal Luciano Zucco, as obras de mitigação das mudanças climáticas transcorrem em um ritmo lento no Rio Grande do Sul.



Juliana Brizola, do PDT, fala em cultura permanente de prevenção



Marcelo Maranata, do PSDB, avalia que execução de obras é urgente

“Dois anos depois (da enchente de 2024), o governo mal começou as obras de recuperação e ampliação dos sistemas de proteção. Muitas famílias que perderam tudo continuam sem moradia. Menos de 10% das casas prometidas pelo governo estadual foram entregues. Já o governo federal entregou só 1%. É muito pouco”, critica.

Zucco também acredita que é necessário coordenar melhor as ações para enfrentar eventos climáticos extremos. “É preciso fortalecer a Defesa Civil. Não basta entregar equipamento. Temos de fornecer treinamento e coordenar as ações nas regiões, especialmente nas de maior risco. Os planos de contingência têm de estar atualizados e a população precisa conhecer o que deve fazer em caso de necessidade.”

Entre as propostas para adaptar o Estado às mudanças climáticas, está a criação de “uma política permanente de dragagem, principalmente em canais urbanos.” E complementa: “Em diálogo com os municípios, temos de mapear as áreas de maior risco para inundação, redefinindo o zoneamento de determinadas ci-

dades. As moradias não podem continuar onde sempre inunda ou onde sempre há deslizamento.”

Marcelo Maranata (PSDB)

O candidato ao governo do Estado pelo PSDB, o ex-prefeito de Guaíba Marcelo Maranata, acredita que falta “senso de urgência” para o Palácio Piratini na execução das obras para mitigar o impacto de grandes precipitações nas cinco bacias mais afetadas: a do Jacuí, do Taquari-Antas, do Caí, do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí.

Ele considera que o Estado deve atuar de três maneiras: investindo em tecnologia para a divulgação de informações meteorológicas; planejando novas obras de escoamento da água da chuva para o mar; e, principalmente, agilizando as obras que já têm recursos disponíveis no Funrigs.

“A prioridade é executar esses cinco projetos, o dinheiro está na caixa, são cerca de R\$ 8 bilhões. Para que a gente consiga fazer isso, precisamos ter um bom entendimento com o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público, ambientalistas e prefeitos”, projetou.